

## RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA OPERAÇÃO PRÓ-CONSUMIDOR

### Introdução

A Operação Pró-Consumidor foi realizada entre os dias 18 e 21 de agosto do corrente ano na cidade de Porto Nacional - TO, atendendo à solicitação da 3ª Promotoria de Justiça, Of. nº 071/2012-3ªPJP, que solicitou apoio técnico para realização de uma ampla fiscalização junto aos supermercados, açougues e mercados que comercializam carne na cidade. O objetivo do pedido foi dar continuidade aos trabalhos que se iniciaram com a intervenção do Ministério Público Estadual e da ADAPEC nos frigoríficos locais, para que os mesmos se regularizassem visando atender à demanda do município de Porto Nacional e região.

A fiscalização também buscou atender ao Of. 052/2014 que comunicou a instauração de Procedimento Preliminar para verificação da comercialização da carne suína sem sanidade na cidade de Porto Nacional.

A solicitação inicial foi devidamente autuada em Procedimento Administrativo nº 004/12 – CAOPDC, no dia 25 de julho de 2012, para agendamento e realização do atendimento, sendo que a reiteração fora juntada aos autos.

Visando atender aos requisitos do pedido inicial, foram convidados para participar das vistorias e das inspeções os seguintes órgãos: Vigilância Sanitária Estadual, Vigilância Sanitária Municipal, Agência Estadual de Defesa Agropecuária – ADAPEC, Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins – CBMTO, Polícia Militar, PROCON e Delegacia da Receita Estadual.

Compuseram o corpo técnico disponibilizado pelos órgãos, os seguintes servidores:

**Ministério Público – CAOCON:** Leandro Ferreira da Silva – Analista Ministerial Especializado – Especialidade: Administração; Allane Thássia Tenório – Técnica Administrativa e Amilton Júnior da Silva – Motorista.

**Vigilância Sanitária Estadual:** Yzabela Crystiny Moura – Inspetora Sanitária; Carla Lima Silva Goulart – Inspetora Sanitária.

**Vigilância Sanitária Municipal:** Josélia Ferreira de Carvalho – Coordenadora; Fiscais: Pedro Alves Camargo, Carlos José Francisco da Cruz, Ernesto Carlos da Cruz Ramalho..

**Agência de Defesa Agropecuária:** Dwany de Souza Carvalho, Inspetor Agropecuário.

**Corpo de Bombeiros:** CB João Paulo R. Soares, vistoriador.

**Polícia Militar:** Equipe do Plantão conforme a escala dos dias 18 ao 21.

**PROCON:** Marcos Roberto Santos e Rosalide Batista de Melo, fiscais.

**Delegacia da Receita Estadual:** Braga e Frederico, fiscais.

As atividades se iniciaram no dia 18/08/14, por volta das 9h30min, com uma reunião de alinhamento dirigida pela Promotora de Justiça Márcia Mirele Stefanello Valente, que estava em substituição na 3ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Na reunião foram expostos os motivos da solicitação da operação, sendo esclarecido que o combate a venda de carne clandestina e/ou de irregular é uma questão do consumidor e de saúde pública, ressaltando que fora realizado um trabalho de fiscalização e orientação junto aos frigoríficos da região para que se adequassem às normas, visando fornecer carne de melhor qualidade ao comércio de Porto Nacional.

Considerando que o município de Porto Nacional possui serviço de inspeção municipal – SIM, informação ratificada pelos servidores do município presentes à reunião, tendo em vista que a Diretoria de Vigilância Sanitária Municipal é devidamente instituída contando com quadro de pelo menos 06 (seis) servidores, foi determinado pela Promotoria de Justiça que os trabalhos tivessem um foco repressivo e que fossem tomadas as medidas administrativas e criminais haja vista já existir uma ampla estrutura no município para regularização das questões sanitárias e de qualidade dos produtos de origem animal, principalmente carne e seus derivados.

A orientação repassada foi de que os produtos encontrados sem origem informada ou impróprios para o consumo deveriam ser apreendidos e após as providências administrativas, encaminhados à Polícia Judiciária e à Perícia Técnica, sendo que após os procedimentos os mesmos deveriam ser descartados em local próprio. A reunião serviu também para requisitar a participação da Vigilância Sanitária Municipal, o que inicialmente foi atendido.

Com o fim de dar maior efetividade aos trabalhos, os locais a serem fiscalizados foram informados pela 3ª Promotoria de Justiça, baseados em procedimentos e denúncias existentes.

Após ser traçada a estratégia de atuação e o alinhamento das informações, foi dado início aos trabalhos de fiscalização nos estabelecimentos.

Seguem abaixo as constatações averiguadas nas abordagens realizadas em cada estabelecimento:

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO CONSUMIDOR

DEMOSTRATIVO ANALÍTICO – PORTO NACIONAL

Estabelecimento	Apreensões	Notificações		
	Quantidade	Visa Sanitária <sup>1</sup>	PROCON	
Açougue do Nezinho (Box 29)	25kg	Notificação	--	
Frigoboi	6,900kg	Notificação Apreensão e Inutilização Infração	--	
Açougue do Dunga	21kg	Notificação Apreensão e Inutilização Infração	--	
ngos Gomes Mariano	12,700kg	Notificação Apreensão e Inutilização Infração	--	
Casa de Carne Neres	31,450kg	Notificação Apreensão e Inutilização Infração	--	
Supermercado Araguaia	278 itens	Notificação Apreensão e Inutilização Infração	Apreensão	
	25kg			
Mini Box Tropical	27 itens	Notificação Apreensão e Inutilização Infração	Apreensão	
	8,900kg			
Casa de Carne Quaty	1,500kg	Notificação Apreensão e Inutilização Infração	--	
Açougue do Pedrim	64,600kg	Notificação Apreensão e Inutilização Infração	--	
Casa de Carne Boi Gordo	—	Notificação	--	
Porto Carnes	9,288kg	Notificação Apreensão e Inutilização Infração	--	

1

No estabelecimento Peg Pag Catarinense a notificação foi feita pela VISA – Estadual

**CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO CONSUMIDOR**

**DEMOSTRATIVO ANALÍTICO – PORTO NACIONAL**

Estabelecimento	Apreensões	Notificações		
	Quantidade	Visa Sanitária	PROCON	
Supermercado Coelho	124 itens	Notificação	Apreensão	
Super Globo	37,100kg	Notificação Apreensão e Inutilização Infração	--	
Peg Pag Catarinense	219 itens	Notificação Apreensão e Inutilização Infração	--	
	109kg			
<b>Total</b>	<b>648 itens</b>			
	<b>352,438kg</b>			